

Maria Helena Diniz

Mestre e Doutora em Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito pela PUCSP. Livre-docente e Titular de Direito Civil da PUCSP por concurso de títulos e provas. Professora de Direito Civil no curso de graduação da PUCSP. Professora de Filosofia do Direito, de Teoria Geral do Direito e de Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direito da PUCSP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação em Direito da PUCSP. Professora Emérita da Faculdade de Direito de Itu. Membro benemérito do Instituto Sílvio Meira. Sócia honorária do IBD FAM, Membro da Academia Paulista de Direito (cadeira 62 – patrono Oswaldo Aranha Bandeira de Mello), da Academia Notarial Brasileira (cadeira 16 – patrono Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda), do Instituto dos Advogados de São Paulo e do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, Membro honorário da Federação dos Advogados de Língua Portuguesa (FALP). Presidente do Instituto Internacional de Direito.

Curso de DIREITO CIVIL Brasileiro

Teoria Geral das Obrigações

2

39ª edição

Revista e atualizada

2024

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva 30 ANOS

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato Cêzar
Gerência editorial Lívia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dafila Costa de Oliveira

Edição Deborah Caetano de Freitas Viadana

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
Rosana Peroni Fazolari
Guilherme Salvador
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Rafael Cancio Padovan

Revisão Amélia Kassis Ward

Capa Lais Soriano

Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Ed. Loyola

ISBN 978-85-536-0769-3 OBRA COMPLETA
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

D585c

Diniz, Maria Helena

Curso de Direito Civil Brasileiro : Teoria Geral das
Obrigações - Volume 2 / Maria Helena Diniz. -
39. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2024
520 p.

ISBN: 978-85-5362-261-0 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título.

2023-2599

CDD 347
CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

Data de fechamento da edição: 7-11-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD OBRA

8977

CL

608711

CAE

844679

Índice

Prefácio	XV
----------------	----

Capítulo I

Introdução ao direito das obrigações

1. <i>Conceito de direito das obrigações</i>	3
2. <i>Importância dos direitos obrigacionais na atualidade</i>	5
3. <i>Natureza dos direitos creditórios</i>	7
A. Caracteres dos direitos obrigacionais	7
B. Traços distintivos entre direitos de crédito e direitos reais	8
C. Categorias jurídicas híbridas	11
c.1. Generalidades	11
c.2. Obrigações <i>propter rem</i>	12
c.2.1. Conceito e caracteres	12
c.2.2. Natureza jurídica	14
c.3. Ônus reais	16
c.4. Obrigações com eficácia real	18
4. <i>Conteúdo do direito das obrigações</i>	20

Capítulo II

Noções gerais de obrigação

1. <i>Conceito de obrigação</i>	27
2. <i>Elementos constitutivos da relação obrigacional</i>	32
3. <i>Fontes das obrigações</i>	43
4. <i>Classificação das obrigações</i>	48

Capítulo III

Modalidades das obrigações

1. <i>Obrigações consideradas em si mesmas</i>	55
A. Obrigações em relação ao seu vínculo	55
a.1. Noções gerais	55

a.2. Obrigação civil e empresarial	56
a.3. Obrigação moral	56
a.4. Obrigação natural	57
a.4.1. Conceito, caracteres e efeitos	57
a.4.2. Obrigação natural no direito brasileiro	61
a.4.3. Natureza da obrigação natural	68
B. Obrigações quanto ao seu objeto	74
b.1. Obrigações atinentes à natureza do objeto	74
b.1.1. Obrigação de dar	74
b.1.1.1. Espécies de prestação de coisa	74
b.1.1.2. Obrigação de dar coisa certa	79
b.1.1.2.1. Noção	79
b.1.1.2.2. Consequências da perda ou da deterioração da coisa certa	80
b.1.1.2.3. Cômodos na obrigação de dar coisa certa	82
b.1.1.3. Obrigação de dar coisa incerta	84
b.1.1.3.1. Conceito.....	84
b.1.1.3.2. Preceitos legais que a disciplinam	84
b.1.1.4. Obrigação de solver dívida em dinheiro.....	89
b.1.2. Obrigação de fazer	103
b.1.2.1. Conceito e objeto	103
b.1.2.2. Diferenças entre a obrigação de dar e a de fazer.....	104
b.1.2.3. Espécies de <i>obligatio ad faciendum</i>	111
b.1.2.4. Consequências do inadimplemento da obrigação de fazer	112
b.1.3. Obrigação de não fazer	116
b.1.3.1. Conceito	116
b.1.3.2. Descumprimento da <i>obligatio ad non faciendum</i>	118
b.2. Obrigações quanto à liquidez do objeto	120
b.2.1. Obrigação líquida	120
b.2.2. Obrigação ilíquida	122
C. Obrigações relativas ao modo de execução	128
c.1. Obrigação simples e cumulativa	128
c.2. Obrigação alternativa	129
c.2.1. Conceito e caracteres	129

c.2.2.	Concentração do débito na obrigação alternativa	130
c.2.3.	Consequências da inexecuibilidade das prestações....	134
c.3.	Obrigação facultativa	137
D.	Obrigações concernentes ao tempo de adimplemento	141
d.1.	Obrigação momentânea ou instantânea	141
d.2.	Obrigação de execução continuada ou periódica	141
E.	Obrigações quanto aos elementos acidentais	142
e.1.	Generalidades	142
e.2.	Obrigação condicional	144
e.2.1.	Definição	144
e.2.2.	Efeitos das várias modalidades de obrigação con- dicional	145
e.3.	Obrigação modal	149
e.3.1.	Conceito e objeto	149
e.3.2.	Consequências jurídicas	149
e.4.	Obrigação a termo	150
e.4.1.	Noção	150
e.4.2.	Exigibilidade da obrigação a termo	151
F.	Obrigações em relação à pluralidade de sujeitos	155
f.1.	A pluralidade de sujeitos na relação obrigacional	155
f.2.	Obrigação divisível e indivisível	157
f.2.1.	Conceito de obrigação divisível e indivisível	157
f.2.2.	A questão da divisibilidade e da indivisibilidade nas várias modalidades de obrigação	160
f.2.3.	Efeitos da obrigação divisível e indivisível	162
f.2.4.	Perda da indivisibilidade.....	166
f.3.	Obrigação solidária.....	167
f.3.1.	Conceito, caracteres e espécies de obrigação soli- dária	167
f.3.2.	Princípios comuns à solidariedade	171
f.3.3.	Fontes da obrigação solidária.....	173
f.3.4.	Distinção entre obrigação solidária e obrigação indivisível	176
f.3.5.	Solidariedade ativa	178
f.3.5.1.	Definição	178
f.3.5.2.	Efeitos jurídicos	179
f.3.6.	Solidariedade passiva	184
f.3.6.1.	Conceituação	184
f.3.6.2.	Consequências jurídicas	185
f.3.7.	Solidariedade recíproca ou mista	196

f.3.8. Extinção da solidariedade	197
G. Obrigações quanto ao conteúdo	208
g.1. Obrigação de meio	208
g.2. Obrigação de resultado	209
g.3. Obrigação de garantia	210
2. <i>Obrigações reciprocamente consideradas</i>	212
A. Obrigação principal e acessória	212
B. Efeitos jurídicos dessas modalidades de obrigação	213

Capítulo IV

Efeitos das obrigações

1. <i>Introdução ao estudo dos efeitos das relações obrigacionais</i>	219
A. Efeitos decorrentes do vínculo obrigacional	219
B. Pessoas sujeitas aos efeitos das obrigações	219
2. <i>Modos de extinção das obrigações</i>	222
A. Meios de solver as obrigações	222
B. Pagamento ou modo direto de extinguir a obrigação	224
b.1. Conceito e natureza jurídica do pagamento	224
b.2. Requisitos essenciais ao exato cumprimento da obrigação.....	225
b.3. Tempo do pagamento	237
b.4. Lugar do pagamento	239
b.5. Prova do pagamento	243
b.6. Pagamento indevido	247
b.6.1. Conceito e espécies de pagamento indevido	247
b.6.2. Requisitos necessários à sua caracterização	249
b.6.3. Repetição do pagamento	252
b.6.4. Exclusão da restituição do indébito	254
C. Pagamento indireto	259
c.1. Generalidades	259
c.2. Pagamento em consignação	259
c.2.1. Origem, conceito e natureza jurídica	259
c.2.2. Casos legais de consignação.....	262
c.2.3. Requisitos subjetivos e objetivos	266
c.2.4. Direito do consignante ao levantamento do depó- sito.....	269
c.2.5. Processo de consignação	270
c.2.6. Efeitos do depósito judicial	272

c.2.7.	Consignação extrajudicial.....	272
c.3.	Pagamento com sub-rogação	277
c.3.1.	Histórico	277
c.3.2.	Conceito	277
c.3.3.	Natureza jurídica	279
c.3.4.	Modalidades de sub-rogação pessoal	280
c.3.5.	Efeitos	285
c.4.	Imputação do pagamento	288
c.4.1.	Definição	288
c.4.2.	Requisitos	289
c.4.3.	Espécies	291
c.4.4.	Efeito	293
c.5.	Dação em pagamento	294
c.5.1.	Breve notícia histórica	294
c.5.2.	Conceito, objeto e natureza jurídica	296
c.5.3.	Requisitos	299
c.5.4.	Analogia com outros institutos	301
c.5.5.	Efeito	301
c.5.6.	Nulidade	303
c.6.	Novação	306
c.6.1.	Considerações históricas	306
c.6.1.1.	Função da novação no direito romano	306
c.6.1.2.	Caráter da novação no direito moderno	308
c.6.2.	Conceito	309
c.6.3.	Requisitos essenciais	311
c.6.4.	Espécies	316
c.6.5.	Efeitos	323
c.6.5.1.	Generalidades	323
c.6.5.2.	Efeitos da novação quanto à obrigação extinta.....	323
c.6.5.3.	Efeitos da novação em relação à nova obrigação	325
c.7.	Compensação	328
c.7.1.	Histórico	328
c.7.2.	Conceito e natureza jurídica	329
c.7.3.	Espécies	332
c.7.3.1.	Generalidades	332
c.7.3.2.	Compensação legal	332
c.7.3.2.1.	Conceito e efeitos	332
c.7.3.2.2.	Requisitos	333
c.7.3.3.	Compensação convencional	341
c.7.3.4.	Compensação judicial	342
c.8.	Transação.....	346

c.8.1.	Histórico	346
c.8.2.	Definição e elementos constitutivos	347
c.8.3.	Caracteres	350
c.8.4.	Modalidades e formas de transação	351
c.8.5.	Objeto	353
c.8.6.	Natureza jurídica	353
c.8.7.	Nulidade	354
c.8.8.	Efeitos	355
c.9.	Compromisso	358
c.9.1.	Notícia histórica	358
c.9.2.	Conceito e natureza jurídica	359
c.9.3.	Espécies	361
c.9.4.	Pressupostos subjetivos e objetivos	363
c.9.5.	Compromisso e institutos afins	364
c.9.6.	Efeitos do compromisso	366
c.9.7.	Nulidade do laudo arbitral	367
c.9.8.	Extinção do compromisso	368
c.10.	Confusão	371
c.10.1.	Histórico	371
c.10.2.	Conceito e requisitos	371
c.10.3.	Espécies	374
c.10.4.	Efeitos	376
c.10.5.	Extinção	376
c.11.	Remissão das dívidas	379
c.11.1.	Origem histórica	379
c.11.2.	Conceito e natureza jurídica	379
c.11.3.	Modalidades	382
c.11.4.	Casos de remissão presumida	382
c.11.5.	Efeitos	384
D.	Extinção da relação obrigacional sem pagamento	387
d.1.	Generalidades	387
d.2.	Prescrição	387
d.3.	Impossibilidade de execução sem culpa do devedor	388
d.3.1.	Noções gerais	388
d.3.2.	Caso fortuito e força maior	389
d.3.3.	Efeitos da inexecução da obrigação por fato inimputável ao devedor	390
d.4.	Advento de condição resolutiva ou de termo extintivo	391
E.	Execução forçada por intermédio do Poder Judiciário	393

3. <i>Consequências da inexecução das obrigações por fato imputável ao devedor</i>	401
A. Inadimplemento voluntário	401
a.1. Normas sobre inadimplemento da obrigação	401
a.2. Fundamento da responsabilidade contratual do inadimplente.....	403
B. Mora	407
b.1. Mora e inadimplemento absoluto	407
b.2. Conceito e espécies de mora	407
b.3. Mora do devedor	409
b.3.1. Noção e modalidades	409
b.3.2. Requisitos	410
b.3.3. Efeitos jurídicos	411
b.4. Mora do credor	413
b.4.1. Conceito e pressupostos	413
b.4.2. Consequências jurídicas	415
b.5. Mora de ambos os contratantes	416
b.6. Juros moratórios	417
b.6.1. Conceito e classificação dos juros	417
b.6.2. Juros moratórios	420
b.6.2.1. Noção e espécies	420
b.6.2.2. Extensão dos juros moratórios	426
b.6.2.3. Momento da fluência dos juros de mora ...	426
b.7. Purgação da mora	428
b.8. Cessação da mora	429
C. Perdas e danos	434
c.1. Noção de perdas e danos	434
c.2. Fixação da indenização das perdas e danos	435
c.3. Modos de liquidação do dano	438
D. Cláusula penal	440
d.1. Conceito e funções	440
d.2. Caracteres	443
d.3. Modalidades	447
d.4. Requisitos para sua exigibilidade	448
d.5. Paralelo com institutos afins	449
d.6. Efeitos	451

Capítulo V

Transmissão das obrigações

1. <i>Noções gerais sobre a transmissão das obrigações</i>	457
--	-----

A. Conceito de cessão	457
B. Espécies de cessão	458
2. <i>Cessão de crédito</i>	459
A. Conceito e modalidades	459
B. Cessão de crédito e institutos similares	463
C. Requisitos	463
D. Efeitos	468
3. <i>Cessão de débito</i>	475
A. Conceito e pressupostos	475
B. Modos de realização	478
C. Efeitos	481
4. <i>Cessão de contrato</i>	485
A. Conceito	485
B. Requisitos	486
C. Efeitos	487
Bibliografia	489